

Crise na contramão

CESAR MAIA * 24 FEVEREIRO 1987

As condições externas e internas da economia não configuram qualquer quadro de crise, ao contrário de outros períodos. A economia mundial passou pelos momentos mais delicados e aponta para outra fase. A economia brasileira, após o processo de substituição de importações que caracterizou a segunda metade dos anos 70, ganhou fôlego para retomar o crescimento. Tais situações se reforçam.

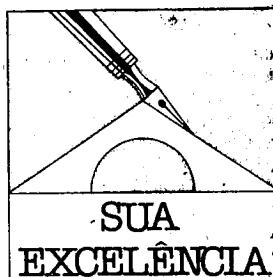
As regressivas mudanças "estruturais" ocorridas nos anos de autoritarismo, ajustaram oferta e demanda à concentração da renda e da riqueza, e mais recentemente construiram uma perigosa vinculação do volume e do estilo do desenvolvimento, ao resultado do balanço comercial.

O programa de estabilização com a correspondente desindexação abrupta, ocorrido em fevereiro de 1986 — o Plano Cruzado — foi um importante momento para iniciar as mudanças das características e estilo do desenvolvimento brasileiro. As condições gerais facilitavam, tendo sido inclusive ampliadas em função da queda nos preços do petróleo e da taxa de juros externa.

No entanto o que se viu a seguir foi um quadro de decisões de rigorosa imperícia na gestão da política econômica. A listagem seria suficientemente grande para servir de paradigma de insensatez. Para exemplificar lembraríamos a inflexível convicção dos pais do Cruzado, que falar em causas estruturais de inflação era coisa do passado; lembraríamos a convicção do ministério da Fazenda quanto a fixar os preços no varejo e esperar que as margens do comércio e da indústria fossem disputadas num processo de ajuste para trás; lembraríamos a tributação no mercado financeiro que criou a estranha situação aonde não estimulava nem aplicador nem tomador; lembraríamos a regressiva decisão de usar por impacto, impostos indiretos para desaquecer a demanda e fazer receita fiscal; lembraríamos as sete mudanças ocorridas durante 86 nas regras da tributação.... Se não bastasse tal incoerência ainda teríamos a manutenção da prática de fazer política econômica ao trimestre, marca do autoritarismo que não quer construir regras do jogo.

Esta última questão é decisiva. Para que qualquer política econômica dê certo é necessário que estabeleça e mantenha regras do jogo, para que os agentes econômicos possam decidir fora do curto prazo. Este é um pré-requisito de funcionamento de um regime democrático.

A conjuntura que atravessamos ganha um ambiente de dramaticidade. A hibridez da política econômica respondendo a vários comandos gerais e específicos, ora esquerda volver, ora direita volver, terminou por criar uma situação aonde os indicadores não indicam nada. Que taxa de inflação advirá dos realinhamentos, 5, 10 ou 20% ao mês? Que desvalorização cambial é necessária já que os custos não estão nítidos? Qual o grau de desorganização da estrutura de preços relativos? Estamos num vôo cego sem instrumentos. O governo faz a única coisa prudente: ganha tempo para que possa ampliar a quantidade de informações confiáveis. A recente moratória "técnica" foi construída pela insensatez. Foi na verdade um momento de insolvência circunstancial e indesejada que não fez parte de qualquer reestruturação qualitativa das contas comerciais que desse sustentação a outro estilo de desenvolvimento. Agora as condições já não são mais as mesmas, e as pressões já se fazem sentir pelo encurtamento de prazos para o financiamento de importações.



CRÉDITO: BRASIL

Os próprios resultados econômico-sociais de 1986 estão sob um clima de dúvida. Recentemente o ministério do Trabalho divulgou sua estatística sobre o salário real entre fevereiro e dezembro de 1986, informando que o salário médio real sofreu no período uma redução de 1,7%. Este indicador oficial nos permite concluir que não houve melhoria, em geral, na qualidade de vida de cada assalariado, mas um aumento do emprego, fato que já vinha ocorrendo desde 1984, que foi acelerado em 1985, e cujo impacto do Plano Cruzado incrementou. O próprio crescimento industrial de 1986 não foi superior àquele observado no segundo semestre de 1985. O consumo de alimentos básicos que não tiveram restrições de oferta, não apresentou aumento real significativo, sendo que as informações disponíveis sobre o consumo de arroz apontam no sentido contrário.

Desta forma não está caracterizada uma política sustentada de distribuição da renda. Algum ganho obtido no período se encontra claramente em cheque, a partir do ponto em que juros e câmbio passaram a ser reajustados pro-rata ao dia enquanto os salários obedecem a um prazo muito diferente para serem reajustados. Isto é ainda mais grave pelo fato de que a correção pela média do semestre anterior realizada em março de 1986, vis-à-vis os dados do ministério do Trabalho, indicam que qualquer movimento por menor que seja, de concentração de renda, colocará os salários em situação pior que a anterior.

O governo federal perdeu tempo demais. Até 15 de março contará com o apoio dos governadores eleitos, que curtem a expectativa de um tratamento "gentil". A partir daí eles passarão a fazer parte do problema. Pior: serão complicadores da equação, transitando pelos ministérios suas justas necessidades. A solidariedade dos governadores já não será tão entusiasmada. Sendo assim o governo vive a encruzilhada da necessidade de ganhar tempo, da proximidade de março e da legitimidade comparada da Constituinte.

Mais ainda: num país com instituições precárias estas se confundem com as pessoas, com as personalidades. Um desgaste destas é um desgaste daquelas. Não vemos como o Governo conseguirá oferecer alternativas que produzam apoio político e credibilidade sem que substitua as autoridades responsáveis pelos desertos da política econômica.

Por sobre isto, paira a fragilidade do Governo federal cuja legitimidade é questionada por fração significativa dos políticos que deveriam lhe dar sustentação, e que procuram dentro da Constituinte fórmulas que resolvam tal impasse.

Entendemos que devido a tais condicionantes, a busca de acordos políticos é uma necessidade. Afinal de contas aos patriotas não interessa o caos e a desordem. A iniciativa destes entendimentos deveria ser obrigatoriamente do PMDB, partido majoritário e principal força de sustentação do Governo federal. O ambiente seria certamente o Congresso Nacional. A convocação para o entendimento iria aos partidos que preliminarmente debateriam o quadro econômico, as alternativas globais, no sentido de encaminhá-las ao debate amplo, através de seus parlamentares. Não se trata de discutir os desdobramentos específicos de política econômica, mas de definir as suas condicionantes gerais, a começar por esclarecer quem pagará a conta ou de outra forma, pela discussão da política de rendas. Outras questões correlatas atingiriam o gasto público, especialmente a sua composição e os requerimentos de estados e municípios.

Claro que as prerrogativas do legislativo dariam as garantias de interrupção do método autoritário que teve seqüência com o atual Governo.

Não há sequer sombra de dúvida que todos os partidos progressistas de oposição se sentariam com prazer e com responsabilidade para discutir a crise econômica e apoiar aqueles caminhos que oferecessem uma saída de justiça social.

Isto tem sido repetido. A vontade das forças políticas que dão sustentação ao Governo, é que não é tão nítida, no sentido de dialogar.